

PRECARIZAÇÃO E NÃO RECONHECIMENTO: MARCAS DO TRABALHO DOS RIFEIROS DE LAGOA DA PRATA

PRECARITY AND NON-RECOGNITION: MARKS OF THE WORK OF LAGOA DA PRATA'S RIFEIROS

Rafael Nascimento de CASTRO* 
Amanda Maria Marques PIMENTA** 

Resumo: Este artigo apresenta uma pesquisa de cunho qualitativo que foi realizada com moradores da cidade Lagoa da Prata, localizada no centro-oeste de Minas Gerais. Ela teve como objetivo geral identificar quais os sentidos que os cidadãos possuem acerca da atividade desenvolvida pelos rifeiros. Já seus objetivos específicos abarcaram: a) Descrever e elucidar as atividades realizadas pelos rifeiros b) Compreender e analisar os sentidos que os cidadãos atribuem à atividade realizada pelos rifeiros e c) Apontar os impactos psicossociais que estas atividades podem causar na vida dos trabalhadores. Como instrumento para coleta de dados foi utilizada entrevista semiestruturada. Foram entrevistados dez moradores residentes na cidade de Lagoa da Prata/MG. Os dados foram analisados pelo método de análise de conteúdo. Buscou-se nas clínicas do trabalho o embasamento teórico para a compreensão do eixo sentido do trabalho, bem como das categorias reconhecimento ou não reconhecimento e precarização. Os resultados apontam para o fato de que, apesar de ser uma atividade de grande importância para a economia do município, o trabalho dos rifeiros é pouco reconhecido, sendo considerado uma atividade marginalizada. Além disso, a atividade é marcada por uma intensa precarização.

Palavras-chave: Rifeiros. Sentidos do trabalho. Reconhecimento. Precarização.

Abstract: This article presents qualitative research carried out with residents from Lagoa da Prata city, located in the center-west of Minas Gerais. The main objective of this work is to identify the meanings that citizens have about the activity developed by “rifeiros”. Specific objectives included: a) To describe and clarify the activities carried out by the rifeiros b) To understand and analyze the meanings that citizens attribute to the rifeiros’ activities and c) To point out the psychosocial impacts that those activities can cause at the workers’ live. As an instrument for data collection, a semi-structured interview is used. Ten people living in the Lagoa da Prata/MG were interviewed. The search data were analyzed using the content analysis method. The theoretical basis is the work clinics for understanding the meaning of work, as well as the categories of recognition or non-recognition and precariousness. The results point to the fact that the work of the rifeiros is little recognized, being considered a marginalized activity, despite being an activity of great importance for the economy of the municipality. In addition, the activity is marked by intense precariousness.

Keywords: Rifeiros. Work senses. Recognition. Precariousness.

Submetido em 14/06/2022. Aceito em 29/09/2023.

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Psicologia, Especialista em Gestão de Pessoas e Psicólogo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Membro do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos – LabTrab (UFMG) e grupo de pesquisa Psicologia, Trabalho e Processos Psicossociais - PsiTraPP (PUC Minas). E-mail: rafaelncastro@hotmail.com

** Psicanalista e Psicóloga do Trabalho. Doutora e Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Psicóloga pela Universidade Federal de Minas Gerais. Psicóloga Clínica da Câmara Municipal de Belo Horizonte. E-mail: amandamarquespimenta@yahoo.com.br



Introdução

O presente artigo investigou os sentidos que moradores de Lagoa da Prata na região centro-oeste de Minas Gerais possuem a respeito da atividade realizada por Rifeiros. O trabalho realizado por esses trabalhadores caracteriza-se como uma atividade informal, ou seja, sem garantia de direitos trabalhistas, como também, por vezes, é considerado um trabalho precarizado. Inicialmente, o ofício desses trabalhadores era centralizado na comercialização de rifas. De acordo com Moraes (2012), o trabalhador era chamado colocador de rifas, nomenclatura utilizada com a finalidade de nomear trabalhadores que atuavam com a comercialização de rifas. A atividade era centrada na demanda de localizar pessoas, no território brasileiro, dispostas a comercializar rifas e, em troca, receber brindes, que constituem o pagamento pelo trabalho. Atualmente, os produtos comercializados são provenientes tanto da fabricação nas pequenas empresas, quanto das aquisições, oriundas de importação, que são colocadas a venda por vendedores ambulantes, intitulados rifeiros. Esses profissionais transitam por diversas cidades brasileiras para realizar a comercialização dos produtos e kits, os quais são compostos por uma variedade de produtos, tais como colchas, cortinas, toalhas, lençóis, utensílios para cozinha, bijuterias, maquiagens, dentre outros.

O trabalho teve como ponto de partida o contato de um dos pesquisadores com moradores da região, tradicionalmente conhecida pela atuação desses profissionais. A partir do primeiro contato, buscamos por meio de levantamento bibliográfico, pesquisas que esclarecessem algumas questões estabelecidas pelos pesquisadores. O presente artigo tem como objetivo contribuir para a elucidação de algumas dessas interrogações.

1. Percorso metodológico

O objetivo geral da pesquisa foi identificar os sentidos que moradores de Lagoa da Prata na região centro-oeste de Minas Gerais atribuem ao trabalho realizado pelos rifeiros.

Minayo (2014) indica que o método de pesquisa possui uma função fundamental de tornar possível a abordagem da realidade, a partir das questões levantadas pelo investigador. De acordo com autora, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, fazendo referência a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001).

No que se refere aos cuidados com a pesquisa, compartilhamos dos apontamentos de Flick (2009), que afirma que, em diferentes esferas, a pesquisa torna-se uma questão ética. Temas relativos à proteção dos interesses daqueles indivíduos que se disponibilizam a participar de um determinado estudo ou acerca de desentendimentos ligados a dados manipulados acabam por colocar, repetidamente, o tema da ética na pesquisa em primeiro plano.

Este trabalho fez o uso de entrevistas como instrumento para o levantamento de dados. Segundo Minayo (2014), a entrevista é uma das estratégias mais utilizadas nos processos de trabalho de campo. A autora coloca que o método deve ser levado em consideração independentemente da relação empírica. Segundo Manzini (2004), a entrevista semiestruturada é direcionada por um roteiro previamente elaborado, composto geralmente por questões abertas, permitindo uma organização flexível e ampliação dos questionamentos, à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado. Esse modelo de entrevista possibilita a obtenção de dados de forma mais direta, além de ser uma técnica eficiente para a obtenção de elementos em profundidade acerca do comportamento humano.

As entrevistas foram realizadas via *google meet*, seguindo as orientações da Organização Mundial (OMS), no que se refere ao distanciamento social durante a pandemia de COVID-19.

Este trabalho, enquanto pesquisa qualitativa, utilizou a análise de conteúdo para tratamento de seus dados. Para Minayo (2001), a grande importância da análise de conteúdo consiste, justamente, em sua tentativa de impor um corte entre as intuições e as hipóteses que encaminham para interpretações mais definitivas, sem, contudo, se afastar das exigências atribuídas a um trabalho científico.

Dentro desta proposta, as respostas foram agrupadas em um eixo, definido como “sentidos do trabalho dos rifeiros”, o qual engloba duas categorias, sendo a primeira “Reconhecimento e Não reconhecimento” e a segunda “Precarização”. Tal proposta de agrupamento e categorização tem como objetivo organizar a análise dos dados, sem, contudo, pretender esgotar todas as possibilidades dessa análise.

Quanto a identificação dos participantes da pesquisa, esses foram identificados pelas siglas E01 a E10. A mudança de nomes se fez necessária para preservar a identidade dos entrevistados, conforme assegurado no Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

2. Região Centro-Oeste e ofício de rifeiros

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Lagoa da Prata/MG, localizada na região Sudeste do Brasil, no Centro-oeste mineiro (IBGE, 2014). A economia do município de Lagoa da Prata/MG é pautada na agropecuária, principalmente na criação de gado leiteiro para o abastecimento da empresa Embaré Indústria Alimentícia S/A, e no cultivo da cana-de-açúcar para abastecimento da indústria sucroenergética Usina Luciânia, que, desde os anos 2000, encontra-se sob a direção da multinacional Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S.A. (MORAIS, 2014).

A população do município surgiu em função do enfraquecimento do ouro na Província de Tiradentes (MG), ocasionando a migração das mineradoras de ouro para Goiás Velho (GO) e Paracatu (MG). “Este movimento de migrantes acarretou um deslocamento de pessoas para as margens do Rio São Francisco, dando início ao povoado de Escorruptilho, um pequeno lugarejo em que alguns migrantes se fixaram”. (MORAIS, 2014, p.49).

De acordo com Morais (2014) “No século XIX, o então coronel Carlos José Bernardes Sobrinho funda um pequeno povoado denominado Retiro do Pântano e transfere toda a estrutura de Escorruptilho para esse local. Em 1862, o povoado recebe o nome de Lagoa da Prata”. (p.50).

O rifeiro caracteriza-se como trabalhador informal, não possui vínculo empregatício com os empresários que fornecem os produtos, não possui registro na carteira, ou seja, não está elegível aos benefícios adquiridos por lei, tendo sua remuneração composta por comissões pela comercialização das mercadorias.

Segundo Coutinho (2009), quando falamos de trabalho, estamos nos referindo a uma atividade humana, individual ou coletiva, de caráter social, complexa, dinâmica, mutante e que se diferencia de qualquer outro tipo de prática animal por ter sua natureza reflexiva, consciente, propositiva, estratégica, instrumental e moral. Marx (1983) aponta que é, justamente, esta capacidade que o homem possui de transmitir significado à natureza por meio de uma atividade planejada, consciente e que envolve uma dupla transformação entre o homem e a natureza, o que diferencia o trabalho realizado pelo homem de qualquer outro animal. Segundo o autor, é através do trabalho que o homem se transforma e transforma a natureza. Ilustrando esse caráter ideológico, Bock (2006, p. 20) comenta que, se abríssemos um dicionário da Grécia antiga, provavelmente identificaríamos o trabalho como uma “atividade exclusivamente física, que se reduzia ao esforço que deviam fazer as pessoas para assegurar seu sustento, satisfazer suas necessidades vitais”, a qual não era valorizada socialmente.

O trabalho informal apresenta muitos sentidos e interpretações, dependendo da conjuntura na qual é abordado. Com objetivo de delimitar seu uso no presente artigo, trabalhamos com o conceito que permite diferenciar se um trabalhador está exercendo suas atividades de forma legal ou ilegal.

Trabalhamos com o conceito de trabalho informal que considera como trabalhadores os sujeitos pertencentes a grupos de assalariados sem contrato formal, ou aqueles que atuam por conta própria, não contribuindo com o seguro social (KREIN, CARDOSO, BIAVASCHI, & TEXEIRA, 2013)

Costa (2010) aponta que o trabalho informal possui algumas peculiaridades que lhe são inerentes, uma vez que, realizado na informalidade, apresenta-se rodeado pela precariedade das condições de trabalho e de vida, assim como pela negação dos princípios mais elementares de cidadania, acentuando as desigualdades sociais.

3. Sentidos do trabalho, trabalho informal e precarização e reconhecimento no trabalho

O processo de trabalho tem como fim a produção de um valor de uso, ou seja, um produto criado para atender as necessidades humanas (COUTINHO, 2009). De acordo com Antunes (2009), o trabalho é fundamental para o ser social e “fonte originária, primária, de realização do ser social, protoforma da atividade humana, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana” (p. 165).

Os estudos sobre sentidos do trabalho podem ser conduzidos por diferentes áreas e com múltiplas perspectivas teóricas. Tolfo e Piccinini (2007) apontam que historicamente os estudos iniciais sobre sentido do trabalho são atribuídos a Hackman e Oldhan (1975), dois psicólogos, que relacionaram qualidade de vida no trabalho ao sentido do trabalho.

De acordo com Codo (1997, p.26), o trabalho pressupõe “uma relação de dupla transformação entre o homem e a natureza, geradora de significado”. Para Tittoni (2008), o trabalho é definido como um conjunto de possibilidades que articulam as fontes naturais e sociais, possibilitando a utilização da criatividade humana para a produção da vida, relacionada com a criação e manutenção, que se vincula com a sobrevivência.

Segundo Jacques (2002), no sentido individual e social, o trabalho é rico, pois é um meio de produção da vida de cada um ao prover subsistência, criar sentidos existenciais ou contribuir na estruturação da identidade e subjetividade. O autor refere-se à identidade como tudo aquilo que é vivenciado como eu em resposta para a pergunta “quem és” (p. 161), aprendido por meio das representações de si mesmo. Visto que as relações sociais ocupam lugar destacado na constituição subjetiva, sendo assim, o trabalho e as relações que ocorrem por meio dele, também constituem “modos de ser” (JACQUES, 2002, p. 163).

O sentido do trabalho varia no grau em que deriva do processo de se atribuir significado que são relacionados às condições históricas da sociedade (TOLFO & PICCININI, 2007). De acordo com Dejours (1999), o sentido do trabalho está vinculado ao estabelecimento de uma dinâmica de reconhecimento, propiciando uma vivência de satisfação, equilibrando a relação prazer e desprazer.

Antunes (2000) salienta que, a partir da relação entre sentido e trabalho, na atualidade, por uma perspectiva sociológica, para haver uma vida cheia de sentido fora do trabalho, se faz necessária uma vida provida de sentido dentro do trabalho. Segundo o autor, para que exista vida dotada de sentido, é necessário que o trabalhador encontre no campo do trabalho um primeiro momento de realização. Partindo desse pressuposto, Tolfo e Piccinini (2007) apontam que o trabalho possui abundância de sentido individual e social, sendo um meio de produção de vida de cada um, ao prover sua subsistência, possibilitando a criação de sentidos existenciais e contribuindo na estruturação da identidade e da subjetividade.

Os debates e estudos referentes às atividades econômicas informais têm sido amplamente realizados por vários campos das ciências sociais. De acordo com Machado da Silva (1993), os primeiros estudos e formulações de ideias sobre o tema informalidade foram produzidas por economistas da OIT (Organização Internacional do Trabalho) a partir de pesquisas realizadas nos anos 1960 e 1970.

De acordo com Cacciamali (2000) compreende-se por processo de informalidade, o trabalho caracterizado por reordenamento de todos lados, tendo como elementos o desemprego, flexibilização dos contratos de trabalho, modelos de subcontratação, o processo das reformas jurídicas que desmantelam a legislação trabalhista e o crescimento de trabalhos informais.

Para Cacciamali (2001), além do desemprego, o processo de informalização é demonstrado pela irregularidade entre a desocupação e participação no mercado de trabalho, novas formas de contrato

coletivo e individual da mão de obra assalariada, práticas de terceirização realizadas por meio de contratos comerciais, contratos sem registro formal (CLT ou PJ), expansão dos trabalhadores por conta própria, seja pelo empreendedorismo ou por estabelecimentos sem delimitação da relação capital-trabalho.

É notável a instabilidade provocada pela informalidade. No entanto, dentro desse espaço, existem trabalhadores menos e mais instáveis. De acordo com Antunes (2013), os primeiros trabalhadores são aqueles que possuem o mínimo de conhecimento profissional e dos meios de trabalho, e que, em grande parte, realizam suas atividades no setor de prestação de serviços, tais como costureiras, pedreiros, vendedores ambulantes e empregados domésticos.

Em sua maioria, os profissionais assalariados sem registro trabalhista possuem como característica, em comum, o fato de terem sido contratados fora das regulamentações do mercado de trabalho, ou seja, sem a proteção da legislação trabalhista (CACCIAMALI, 2000).

Por não estarem assegurados por essa legislação, esses trabalhadores encontram-se em um grau de precarização maior do que os que possuem carteira assinada, pois, além da precarização, não possuem direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Antunes (2013) aponta que os trabalhadores por conta própria são aqueles que se valem de sua própria força de trabalho, de familiares ou de terceiros. Segundo Cacciamali (2000, p. 167), “o que caracteriza esse grupo, especialmente, aqueles que operam com baixo nível de produtividade com relação às empresas capitalistas, é que compreende indivíduos com pouco nível de capital físico ou humano, que são simultaneamente patrões e empregados de si mesmos”.

Com relação ao reconhecimento no trabalho, identifica-se uma preocupação de longa data na história do pensamento humano sobre as questões das relações de cada um consigo mesmo e com os outros. Amado e Enriquez (2011) afirmam que o reconhecimento demanda sempre uma mediação.

E a mediação do trabalho, crucial em Hegel e que muitos psicossociólogos sensíveis aos pensamentos deste último (...) admitiram desde o início, sempre pareceu a eles extremamente importante. Por certo (...) ela nunca foi vista por eles como sendo a única mediação. Por uma razão simples: a mediação instaurada pelo “conjunto instituído e organizado” parece ter, na visão dos psicossociólogos, uma força particular. Por conjunto instituído, eles entendem qualquer grupo (e não apenas a empresa) investido de uma significação central para os sujeitos. (AMADO; ENRIQUEZ, 2011, p. 104).

Segundo Bendassolli (2012), Hegel tem um papel central, ao estabelecer os termos nucleares por meio dos quais a temática do reconhecimento é pensada ainda hoje, chamando a atenção para a natureza intersubjetiva da consciência. O fundamento da filosofia de Hegel, a propósito do tema, é que uma consciência jamais será consciência se não for reconhecida como tal pelo outro. No caso do trabalho, este representa um tipo de interação primariamente dependente do reconhecimento, pois é marcado pela introjeção que o sujeito opera do olhar do outro.

A partir da leitura do jovem Hegel, especialmente do “Sistema de Vida Ética”, Honneth (2003) constata que, a partir da relação de reconhecimento recíproco da e pela alteridade, o sujeito constrói a sua

própria identidade. A relação dialética entre o sujeito e o outro, interno ou externo a si, é um processo contínuo que nos acompanha ao longo de todo o percurso de nossa existência. Neste contexto, o reconhecimento surge, desde o início do processo de subjetivação, como uma forma *a priori* a partir da qual vão se estruturar todas as outras experiências de encontro com a alteridade, nas quais se incluem, para além da instância individual representada pelo amor, as considerações oriundas do outro, na esfera jurídica, bem como em todo contexto social, que tem como representante mais imponente o Estado e as demais instituições.

Honneth (2003) afirma que a argumentação apresentada nessa obra sugere em muitas passagens uma diferenciação entre três formas de reconhecimento, que são distintas entre si. Nesse sentido,

[...] na relação afetiva de reconhecimento da família, o indivíduo humano é reconhecido como ser carente concreto, na relação cognitivo formal de reconhecimento do direito, como pessoa de direito abstrata, e finalmente, na relação de reconhecimento do Estado, esclarecida no plano emotivo, como universal concreto, isto é, como sujeito socializado em sua unicidade. (HONNETH, 2003, p. 59-60)

Bendassolli (2012) coloca que o que se vê na linguagem cotidiana da gestão de pessoas é que esse tema é amiúde tratado como elemento-chave da relação do sujeito com o trabalho e com a organização, com implicações diretas nos processos motivacionais e nas percepções de valorização do trabalhador, estando associado às expectativas de retribuição. Além disso, esse aspecto é também apontado como nuclear, em processos de construção identitária, de saúde e prazer no trabalho.

Lhuillier (2005) considera que é importante destacar a relação simbólica entre sujeitos, na medida em que a inscrição em um grupo de pertença é a condição para o reconhecimento social e para a validação das próprias práticas. Institui-se um duplo reconhecimento, ao mesmo tempo social e pessoal. O grupo social institui um lugar aos membros que legitima sua contribuição para os objetivos do trabalho. Em contrapartida, o sujeito pode investir nesse espaço, como sua comunidade de pertença. Essa formação contratual, que remete para o contrato narcísico, apresenta-se como suporte para a construção identitária no trabalho, bem como para a permanência do ser conjunto.

A avaliação do trabalho efetuado no cotidiano está dependente dos olhares dos outros. Como ter a certeza da pertinência, da eficácia, da qualidade, da utilidade, da validade daquilo que fazemos sem a reação de um terceiro que se interpõe entre nós e a marca da nossa atividade? A avaliação pode ser realizada pelos utentes, pelos clientes, pela hierarquia, pelos colegas, com base em critérios diferentes, em função das necessidades e expectativas de cada um. Todas são necessárias para o reconhecimento dos compromissos a construir entre diferentes exigências para encontrar o <<lugar certo>> e o <<modo certo de o fazer>>. (LHUILIER, 2005, p. 213)

A autora afirma que o reconhecimento das contribuições singulares na concretização de objetivos comuns torna possível a mobilização subjetiva no ambiente coletivo. Tal mecanismo permite a cada um aceder e contribuir para um mundo em que a atividade não é apenas atividade produtiva, mas é também

ação. Na luta pela conquista da autonomia e de preservação de uma margem de liberdade no trabalho, pressupõe, ao mesmo tempo, uma atividade sobre si próprio (trabalho de subjetivação) e uma prática social.

Com relação ao vínculo social, Enriquez (2001) afirma que, em um grupo, cada sujeito procura exprimir seus desejos e fazer com que estes sejam considerados importantes pelos outros. Ele quer se fazer amado pelo que é ou, ao menos, não ser rejeitado, conquistar prestígio ou uma posição social, e realizar o seu desejo como se fosse a própria essência de seu ser. Se ele faz parte do grupo, não é só porque quer realizar um projeto coletivo, mas, antes de tudo, porque acredita que, por meio dessas pessoas e não de outras, pode tornar seu desejo reconhecido em sua originalidade, seus sonhos reais, conseguir ser aceito em sua diferença. Cada um vai tentar recrutar os outros nas redes de seus próprios desejos, manifestar no real suas fantasias de onipotência e negar a castração que é vivida como ameaça real, e não como elemento da ordem simbólica.

Por outro lado, o autor considera que, em um grupo, o sujeito não quer apenas expressar seu próprio desejo, mas anseia, com a mesma intensidade, ser reconhecido como um de seus membros. Se não fosse desse modo, não poderia ter sido aceito por seus semelhantes, não estando a par de seus rituais e códigos específicos, que os tornam semelhantes e permitem que se reconheçam e se amem mutuamente. Diante disso, o pesquisador aponta que todo sujeito ou grupo está enredado nesse conflito estrutural entre o reconhecimento do desejo e o desejo de reconhecimento.

4. Apresentação e análise dos dados

Conforme delimitamos anteriormente, definimos o eixo “sentidos do trabalho dos rifeiros”, o qual engloba duas categorias, sendo “Reconhecimento e ausência de reconhecimento” e “Precarização”. Assim, os dados das entrevistas passaram por análise de conteúdo, sendo agrupados nessas duas categorias e articulados com as questões teóricas apresentadas anteriormente.

4.1 Reconhecimento e ausência de reconhecimento

No que se refere ao reconhecimento do trabalho realizado pelos rifeiros corroboramos o apontamento realizado por Bendassolli (2012), no qual ele afirma que “a problemática do reconhecimento é uma preocupação antiga na história do pensamento humano, remetendo a questões acerca do relacionamento do “eu” consigo próprio e com o outro” (p.38).

Com base nos dados da pesquisa, o relato do E01 o trabalho realizado pelos rifeiros é “Importantíssimo como motor de desenvolvimento comercial e que traz inúmeras oportunidades de negócios e recursos para a cidade”. Para o E02 “A maioria dos cidadãos lagopratense vê o trabalho dos rifeiros como essencial para a economia da cidade”. O E06 reforça a importância do trabalho realizado

pelos rifeiros, sinalizando que são “Nosso centro financeiro, ou melhor, nosso principal. Com grande importância para a economia”.

Observa-se na fala dos entrevistados o reconhecimento do trabalho realizado pelos rifeiros, pois, por meio dele, foi possível conquistar benefícios para cidade de Lagoa da Prata/MG. Ainda no que se refere às contribuições para a cidade advindas das atividades realizadas pelos rifeiros, identifica-se na fala dos entrevistados que “Movimentam a economia como um todo, principalmente trazendo recursos vindos de outras regiões”.

Ainda relação à importância dos rifeiros para a economia da cidade, observamos na fala do E01 “Com a movimentação em geral do comércio e, principalmente, com todo o aparato comercial que foi desenvolvido na cidade para abastecer os rifeiros com os produtos”. O E02 “Em épocas, como Natal, Carnaval, que são datas que a maioria está na cidade, o movimento é bem maior, lojas cheias, supermercados e isso é bom para cidade”. E03 “O número de rifeiros é muito grande e, grande parte, recebe quantias altas em dinheiro que não são aplicadas em banco, e, isso, faz com que gire muito nos comércios”. E04 “É muito bom, uma vez que esse trabalhador normalmente não gira dinheiro em bancos, somos beneficiados pelo grande giro nos comércios em geral”.

Outro aspecto identificado no decorrer da pesquisa é o reconhecimento do trabalho realizado pelos rifeiros como profissão. Dentre os entrevistados, 100% dos moradores da região reconhecem o trabalho realizado dos rifeiros como uma profissão. Dentre as justificativas, ressalta-se: E01 “É sustento de vida de muitos. E o trabalho, basicamente falando, é o nosso sustento de vida (financeiramente falando)”. A partir da fala de E02, identifica-se a estrutura por detrás do trabalho dos rifeiros para que a atividade possa ser realizada. De acordo com o entrevistado, o trabalho tem se “aperfeiçoado, com centros de distribuição, depósitos, divisão administrativa”. Sendo assim, percebe-se uma compreensão da estrutura que se faz necessária para que os rifeiros possam iniciar a comercialização dos produtos.

De acordo com Bendassolli (2012), para a psicodinâmica do trabalho, o reconhecimento é primordial nos processos de construção identitária e da saúde e prazer no trabalho. Dejours (2002) define o reconhecimento como "a forma específica de retribuição moral-simbólica dada ao ego, como compensação por sua contribuição à eficácia da organização do trabalho, ou seja, pelo engajamento de sua subjetividade e inteligência" (p. 55-56). Para o autor, o reconhecimento é uma retribuição de natureza simbólica esperada pelo indivíduo e, na ausência deste, o trabalhador tende a desmobilizar-se (DEJOURS, 2004).

Mendes (2007) observa que, para a psicodinâmica do trabalho, o reconhecimento é uma das formas de fortalecimento da estruturação psíquica e da saúde do trabalhador. De acordo com a autora, "para que o trabalho seja fonte de saúde, é necessário o reconhecimento daquele que trabalha, do seu esforço e investimento na tarefa, uma vez que neste reconhecimento reside a possibilidade de dar sentido ao sofrimento vivenciado pelos trabalhadores" (MENDES, 2007, p. 45).

O reconhecimento da atividade dos rifeiros como uma profissão, bem como como um propulsor da economia da cidade permite a articulação à perspectiva de reconhecimento trazida pela psicossociologia

do trabalho, a qual, segundo Lhuilier (2005), considera que é importante destacar a relação simbólica entre sujeitos, na medida em que a inscrição em um grupo de pertença é a condição para o reconhecimento social e para a validação das próprias práticas. Institui-se um duplo reconhecimento, ao mesmo tempo social e individual. O grupo social institui um lugar aos membros que legitima sua contribuição para os objetivos do trabalho. Em contrapartida, o sujeito pode investir nesse espaço, como sua comunidade de pertença. Essa formação contratual, que remete ao contrato narcísico, apresenta-se como suporte para a construção identitária no trabalho, bem como para a permanência do ser conjunto.

Em contrapartida, identificamos, dentro o grupo de entrevistados, que os trabalhadores que atuam como rifeiros são notados como “Pessoas "vagabundas" que não querem trabalhar fixado e pegar no duro” E03. Já, para E05, “Giram bastante dinheiro, mas de forma muito duvidosa”.

No relato realizado pelos E03 e E05, observamos que, embora o trabalho realizado pelos rifeiros seja um negócio economicamente rentável para a cidade, o processo de comercialização também tem sido considerado um trabalho marginalizado.

Buscando identificar os valores concebidos ao trabalho realizado pelos rifeiros, identificou-se que 60% dos entrevistados compreendem que o trabalho possui valor social e 40% não reconhecem o valor social da profissão. Dentre as justificativas dos entrevistados que reconhecem o valor do trabalho realizado pelos rifeiros, destaca-se: E01 “No âmbito lagopratense não. Como toda profissão, tem a sua parcela de desvalorização. Mas essa, em minha opinião, grande parte é valorizada, tanto que é uma das (se não a mais) profissões mais presentes no município. Portanto, tem o seu valor!” E09 “São reconhecidos e tem até feriado em sua homenagem”. E10 “E a principal renda financeira da cidade”.

Em contrapartida, identificou-se que: E02 “São mal visto pela sociedade. São aqueles que não estudaram ou não conseguiram um emprego formal e encontra aí uma forma de ganhar dinheiro em volume”. E04 “Ainda é marginalizado na sociedade, pela maioria ser composta de pessoas pouco instruídas, o que vem gradativamente mudando com o tempo”. E06 “É muita das vezes vista como “atoas” que trabalham somente quando dinheiro acaba”. E07 “As pessoas na cidade ainda ver como "vagabundos" e não profissão”.

Tais relatos corroboram a marginalização da atividade dos rifeiros, mesmo sendo uma importante fonte de recursos para a economia do município. Tal fato permite afirmar que, mesmo atividades importantes ou essenciais do ponto de vista econômico, muitas vezes, não superam o estigma da marginalidade, trazendo consequências para os trabalhadores que permanecem em um condição de inferioridade e desvalorização, marcando a ausência de reconhecimento pela alteridade.

4.2 Precarização

De modo geral, compreende-se como trabalho informal aquele indivíduo assalariado sem registro na carteira de trabalho, como também o trabalho autônomo. Ambos possuem em comum a falta de acesso

aos direitos trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora, estando assim, associados à busca pela sobrevivência, à precariedade de vida, à falta de qualificação e ao uso intenso da força de trabalho (CACCIAMALI, 2000). A informalidade pode ser considerada uma das principais marcas da precarização do trabalho no Brasil, contribuindo para o aumento dos adoecimentos e acidentes relacionados ao contexto laboral.

O trabalho realizado pelo rifeiros de Lagoa da Prata é caracterizado como um trabalho informal. Morais (2014) aponta que durante o exercício das atividades, os trabalhadores são privados do convívio familiar e de amigos, visto que seu trabalho é percorrer outras cidades para realizar a comercialização dos produtos que possuem a disposição para venda.

A fim de identificar a possibilidade de atuarem na profissão, indagou-se, aos entrevistados, se exerceriam a profissão. Por meio das respostas obtidas, identificou-se que 70% dos entrevistados atuariam e 30% não recorreriam a profissão. Dentre as justificativas, dos que atuariam, destaca-se: E01 “Algum dia, se precisar, não vejo problema. Atualmente exerço a profissão para a qual eu me formei”. E08 “Oportunidade de negócios”. E10 “São bem sucedidos”. Já entre os que não recorreriam a profissão, destaca-se: E02 “Por ser mulher e ser mãe, não me adequaria estar sempre em estradas”. E03 “Não tenho emocional para ficar longe da minha família”.

No que se refere a informalidade do trabalho, os participantes da pesquisa sinalizam o trabalho realizado pelos rifeiros do seguinte modo: E01 “São representantes de venda não formalizados, que vendem produtos de qualidade baixa dos variados tipos, as vendas são do tipo deixam um kit com a pessoa para poder vender e depois passam recolhendo o dinheiro”. Já para o E02 “É uma atividade de comércio de produtos diversificados atendendo regiões remotas do país ou, mesmo menos abastecidas de produtos, um trabalho informal”. E03 “Trata-se de um ramo de vendas, prioritariamente informal, porém bem estruturado, possuindo diversas e definidas ramificações”.

Nesses relatos, identifica-se o reconhecimento por parte dos moradores de Lagoa da Prata no que se refere a informalidade do trabalho realizado pelos rifeiros. Compreendem a o exercício da profissão como atividade do ramo comercial/vendas.

De acordo com Antunes (2008), a precarização do trabalho tem um caráter estrutural, sendo uma reestruturação produtiva adotada pelas empresas que buscam aumento dos seus lucros, a partir do aumento de produtividade da mão de obra, reduzindo os direitos trabalhistas e o número de postos de trabalho, para que tenham mais indivíduos buscando trabalho e dispostos a submeter-se, sem contestar, às condições precárias de contratação.

Segundo o E04 “Sei que para alguns, esse trabalho é sofrido, para outros é um lazer. Alguns tomam banho em posto, outros já moram em casas bem confortáveis”. E09 “É uma profissão difícil, exige um emocional muito forte”.

Já, para os entrevistados E04 e E09, é possível identificar o reconhecimento de que as atividades realizadas pelos trabalhadores demandam desafios práticos para além da comercialização dos produtos,

como a precarização do trabalho e a necessidade de uma boa saúde mental para que consigam lidar com as adversidades que a profissão impõe.

Dessa maneira, a precarização do trabalho realizado pelos rifeiros torna-se cada vez mais evidente. Os trabalhadores transformam-se em seres descartáveis, que podem ser substituídos a qualquer momento, sem direitos trabalhistas, quando deixam de atender a rapidez que o processo produtivo exige, tornando-se trabalhadores ultrapassados e irrelevantes que devem ser superados e substituídos por novos e modernos, ou seja, indivíduos ajustáveis a demanda de trabalho. (DRUCK, 2011)

Ainda no que se refere a precarização do trabalho, no decorrer da pesquisa e no contato com os moradores da cidade de Lagoa da Prata/MG, os relatos coletados auxiliaram para melhor compreensão das condições do trabalho realizado pelos rifeiros. Uma das sinalizações realizadas pelo E01 refere-se a doenças a que os trabalhadores acabam sendo expostos. “Como agora na pandemia eles viajam para outros estados, eles são os maiores transmissores deste vírus (Covid-19). Não só desse vírus, outras doenças também”.

De acordo com Antunes (2019), o grande capital consegue ampliar a taxa de extração de mais-valia, repassando ao trabalhador os custos da manutenção de parte dos meios de trabalho e da proteção de sua saúde, a exemplo da compra dos EPIs durante a pandemia.

Em outro apontamento realizado pelo E02, identifica-se o consumo de drogas e bebidas alcoólicas. De acordo com o entrevistado, “Drogas, incentivo ao tráfico, cultura alcoólica”. Já para o E05 “Drogas e questão de DST”.

Dejours (1992) sinaliza que o alcoolismo pode não ter uma ligação direta com o sofrimento gerado pelo trabalho, pois parte desse comportamento seria oriundo de estruturas da personalidade do próprio indivíduo. No entanto, a busca pelo álcool também pode ser utilizada como estratégia de defesa coletiva frente ao sofrimento vivido no trabalho, já que o álcool possui uma característica de socialização. De acordo com Dejours (2004), ao afirmar que o trabalho preenche a lacuna entre o prescrito e o real, o autor concorda que o sofrimento está interligado com a subjetividade, a qual, por sua vez, está relacionada ao real. A organização do trabalho é um fator determinante para o sofrimento e, portanto, tem relação com o sofrimento dos trabalhadores e com a, conseqüente, utilização de álcool, drogas e outras substâncias.

Considerações finais

Os resultados obtidos, até o presente momento, apontam que a atividade realizada pelos Rifeiros é vista, por uma maioria, como um trabalho sem prestígio e que a concentração da renda se destina, exclusivamente, ao topo da pirâmide, ou seja, fica com os fornecedores dos produtos. Compreende-se que o trabalho é pouco valorizado pelos cidadãos, mesmo que, em contrapartida, o exercício desses profissionais beneficie a economia da cidade. Esse aspecto aponta para a ausência de reconhecimento e valorização desses trabalhadores que, mesmo desempenhando uma atividade fundamental para a economia da cidade, permanecem em uma condição marginalizada.

Entretanto, há quem deseje o ingresso na atividade por entender que o mesmo pode trazer grande ganho financeiro. Também se identifica que a atividade dos rifeiros fomenta novas oportunidades de trabalho na cidade, sejam elas formais ou informais.

Tal atividade traz a marca da precarização, devido à informalidade, o que vem se agravando nos últimos anos no Brasil, aumentando ainda mais a desigualdade social e a exclusão que assola boa parte da nossa população.

É possível perceber que a atividade dos rifeiros é marcada por contradições que perpassam muitas outras atividades de trabalho. Tais contradições trazem consequências para a saúde e a satisfação dos trabalhadores, sendo um campo de investigação para outros estudos.

Referências

- AMADO, G; ENRIQUEZ, Eugène. (2011). Psicodinâmica do Trabalho e Psicossociologia. In: BENDASSOLLI, Pedro Fernando; SOBOLL, Lis Andrea Pereira. *Clínicas do Trabalho: Novas Perspectivas para Compreensão do Trabalho na Atualidade*. p. 99-109. São Paulo: Atlas.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho (13^ª ed.). São Paulo: Cortez, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2^a Ed. 10. reimp. Revi. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. Proletariado digital, serviços e valor. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 15-23.
- BENDASSOLLI, Pedro Fernando. Reconhecimento no trabalho: perspectivas e questões contemporâneas. **Psicol. Estud**; Maringá, v. 17, n. 1, p. 37-46, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000100005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 23 de maio de 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722012000100005>.
- BOCK, Silvio Duarte. Orientação profissional: abordagem sócio-histórica. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- CACCIMALI, Maria Cristina. Globalização e o processo de informalidade. Campinas: Economia e Sociedade, 2000. P. 153-174.
- CACCIMALI, Maria Cristina. Informalidade, trabalho informal e desemprego – necessidade de regras e políticas públicas para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania. IN: Revista GEOUSP: espaço e tempo. N. 10. São Paulo: USP, 2001. P. 77-91.

COSTA, Márcia da Silva. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 mai. 2020.

COUTINHO, Maria Chalfin. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 189-202, dez. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172009000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 nov. 2020.

DEJOURS, Christophe. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo, SP: Cortez.

DEJOURS, Christophe. (1999). Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho (A. C. F. Reis, Trad.). São Paulo: Fundap; EAESP/FGV.

DEJOURS, Christophe; TONELLI, M. J. (2002). *O fator humano*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 101p.

DEJOURS, Christophe. (2004a). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, 14(3), 27-34

DEJOURS, Christophe. *Da psicopatologia a psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

Druck, Graça. (2011). Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, 24 (1), 37-57.

ENRIQUEZ, Eugéne. (2001). O vínculo grupal. In: ARAÚJO, José Newton de.; CASTRO, Eliana de Moura; MACHADO, Marília Novais da Mata.; ROEDEL, Sônia. *Psicossociologia: Análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 61-74.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa** / Uwe Flick; tradução Joice Elias Costa. - 3. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.; 25 cm.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

JACQUES, Maria da Graça. (2002). Identidade e trabalho. In A. D. Cattani, (Org.), *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia* (4a ed.). Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/Editora da UFRGS.

KREIN, José Dari; JUNIOR CARDOSO, José Celso Pereira; BIAVASCHI, Magda de Barros; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Regulação do trabalho e instituições públicas** / José Dari Krein [et al.] (orgs.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

LHUILIER, Dominique. Trabalho. In: ENRIQUEZ, E.; LÉVY, A.; MICHEL, J. B. (2005). *Dicionário de Psicossociologia*. Lisboa: Climepsi, p. 210-219.

MACHADO da SILVA, Luis Antonio. Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade. In: *Tempo e presença*, n o 269, ano 15, maio/junho, Cedi, RJ, 1993. p.31-34

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista: definição e classificação**. Marília: Unesp, 2004.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas, v. 1).

MENDES, Ana Magnólia. Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: Mendes AM, organizador. Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2007. p. 29-48.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDES, Ana Magnólia. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAES, José Eustáquio de. Rifeiros e a revolução de uma cidade. Lagoa da Prata: Gráfica Moderna, 2012.

MORAIS, Valéria Aparecida Castro. A expansão da indústria canavieira no município de Lagoa da Prata (MG), e os impactos nas relações de trabalho. 134f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão (GO). 2014.

TOLFO, Suzana da Rosa; PICCININI, Valmíria. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 38-46, 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 fev. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400007>.

Contribuições dos autores:

Rafael Nascimento de Castro: construção e revisão final do artigo.

Amanda Maria Marques Pimenta: construção e revisão final do artigo.
